



BRAGA
Município

Dr. Carlos Reis
Dr. Raquel, para f.f.
de articular com a 4.ª
des atas e OT das reuniões
de Câmara. 2017/10/17

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

INFORMAÇÃO Nº 1/273/DF/2017

Despacho	Despacho
<p>Comunicação, Dr. Carlos Reis do executivo municipal, às vagas do NCI e ao NCI. Ao Sr. Presidente. 2017/10/11</p>	<p>Comunicação O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva Miguel António Guimarães 16/10/2017</p>
Despacho	
<p>A Comandante Superior. Miguel, 10/10/17.</p>	

	Data
	03-10-2017

Assunto: Anulação de dívida Eugénio Fernando Santos Alves – PED/12330/2017.

Considerando que:

1. O Sr. Eugénio Fernando Santos Alves detém uma dívida com o Município de Braga relativa a uma licença de ocupação de espaço público com roulotte para venda de bebidas e cachorros no dia 08/12/2016, fatura n.º 2016026/4398, no montante de 93,10 €;
2. Devido à falta de pagamento voluntário a dívida foi remetida para execução fiscal, sendo emitida a certidão de dívida n.º 24/2017/C;
3. No âmbito da citação efetuada pela DSJC o titular da dívida veio alegar que não efetuou a ocupação devido ao facto do Município não ter disponibilizado a licença em tempo útil;

170/18.10

18

19

20 10



4. De acordo com a Informação da DSJC concluiu-se que *"Assim, verifica-se que no presente caso não houve sinalagma, ou seja o requerente não pode proceder à ocupação do espaço público, uma vez que a licença não foi emitida atempadamente, pelo que e salvo melhor opinião não deverá haver lugar à cobrança da taxa, pelo que se propõe a extinção do presente processo executivo"*, merecendo o despacho de concordância do Sr. Presidente da Câmara, datado de 26/09/2017;
5. Anulado o processo executivo, cumpre proceder à anulação também da fatura n.º 2016026/4398, no montante de 93,10 €, no aplicativo CASO;
6. A NCI prevê no artigo n.º 45 a seguinte disposição sobre Anulação da Receita - *A anulação da receita é da responsabilidade da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do seu Presidente. A guia de anulação da receita é emitida na DF, sendo conferida e arquivada na DC"*.

Propõe-se a anulação da fatura nº 2016026/4398, no montante de 93,10 €.

À consideração superior,

A Técnica Superior



Filipa Greja

EUGÊNIO FERNANDO SANTOS SILVA

RUA DIREITA DE QUIRES, Nº1091 - 1º
4470-763 MAIA

Balcão Único
Registo de entrada n.º <u>262/12330 2017</u>
Encaminhado para o serviço <u>DSJC</u>

25/07/2017

Exmo. Sr. Presidente

Camara Municipal de Braga

Maia, 24 de JULHO de 2017

Assunto: Pedido de Anulação de Processo nº 22/2017

Exmo. Sr. Presidente,


Após presença na camara informaram-me para solicitar a anulação deste processo uma vez que não realizei o jogo por não me ter sido entregue a licença a tempo.

Espero a melhor atenção.

ATENTAMENTE

Eugénio Fernando Santos

Anexo: Doc. Cobrança

A Du Telmundo para informar.
26/7/2017


Conto.

1709.26



DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

À Divisão Financeira
para o devolução
Eletiva.

2017.09.29

fz

Assunto: Certidão de dívida 22/2017

Processo: geres/4431/2016 *Diário: PED 12330/2017*

Autor(a): Felismina Campos

Data: 2017.09.19

Eugénio Fernando Santos Alves, citado nos termos do artº190º e 191º, do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), da instauração de execução fiscal por não ter procedido ao pagamento pela emissão de licença pela ocupação de espaço público com roulotte, veio através do documento Ped/12330/2017 de 25.07.2017 solicitar a anulação do respetivo processo, alegando em síntese que não realizou o Jogo por não ter sido entregue a licença a tempo.

Dos factos:

- Em 05.12.2016, através do Ped/16186/2016, o requerente deu entrada de pedido de ocupação de espaço público com roulotte para proceder à venda de bebidas e cachorros, no Estádio Municipal de Braga (Jogo da Liga Europa).

-Em 06.12.2016, foi prestada pelo Policia Municipal a seguinte informação:

"Não vejo inconveniente no deferimento da pretensão desde que o requerente cumpra todas as normas e regras em vigo, no que diz respeito a regras de segurança, saúde pública e requisitos de higiene. Poderá ser atribuído o Lugar nº4 sito na Av. Do Estádio-Dume-Taxas: 14m2; prazo 8/12/2016."

- Por despacho do Sr. Vice-Presidente de 07.12.2016 (pelas 17:25:29) foi a pretensão do requerente, deferida.

Em 07.12.2016, pelas 17:39:17, foi emitida a licença de ocupação de espaço público nº 2016026/4398.

- Em 09.12.2016 através do ofício S/1033/2016 foi o requerente notificado para proceder ao pagamento das taxas relativas á ocupação do espaço público, no valor de 93,10 euros.

-Em 26.12.2016 através do documento Geres/4431/2016, o requerente veio solicitar a anulação da dívida em causa, alegando para tanto que "(...) estive no balcão único até à hora de encerramento deste (17.30) e a licença não estava pronta (...)".

-Em 14.02.2017, a Divisão Financeira notificou o requerente (S/223/DF/2017) que "(...) informamos que a licença foi atribuída no dia 7 de dezembro, sendo por isso válida.(...)".

- Em 16.03.2017 o requerente envia email (Geres/918/2017), nele referindo:

" Na sequência do dia 7/12/2016, estive nessa Câmara até às 17.30, hora em que essa fecha, e o Sr. Presidente ainda não tinha chegado, informação esta dada pelas meninas do atendimento.

Visto não ter Licença não fiz o Jogo, se foi assinado pelo Sr. Presidente, foi depois da câmara ter fechado (do qual eu não tive conhecimento e nem me foi comunicado). Se houve erro foi da Câmara, não foi minha, agradeço que dê sem efeito a Licença, visto não ser da minha responsabilidade o que se passou, agradeço que seja anulado este pagamento."

Tudo visto:

Verifica-se pelos factos constantes do processo aqui em análise, que a licença a que se refere a presente certidão de dívida, foi emitida para além da hora de atendimento ao público deste Município, como acima se demonstrou.

Considerando que o requerente necessitava da mesma para o dia 08.12.2016, dia de feriado Nacional, e como tal os serviços deste Município estavam encerrados, não poderia o requerente efetuar o levantamento da mesma para o efeito pretendido, ou seja, não pode

proceder à ocupação do espaço público com a roulotte por não lhe ter sido emitida atempadamente a licença requerida.

Ora, o que define a natureza de uma taxa é o seu carácter sinalagmático.

A sinalagmaticidade que caracteriza as quantias pagas a título de taxa só existirá quando se verifique uma contrapartida resultante da relação concreta com um bem semipúblico, que, por seu turno, se pode definir como um bem público que, satisfaz, além de necessidades coletivas, necessidades individuais (*vide Teixeira Ribeiro, em Noção jurídica de taxa*", na "Revista de Legislação e de Jurisprudência", ano 117.º, pág. 291).

A taxa "pressupõe, ou dá origem, a uma contraprestação específica resultante de uma relação concreta (que pode ser ou não de benefício) entre o contribuinte e um bem ou serviço público", sendo "grande a variabilidade do conteúdo jurídico do conceito, resultante da diversidade das situações que geram as obrigações de taxa e das múltiplas delimitações formais da respectiva noção financeira" (Sousa Franco, na *ob. cit.*, págs. 63-64).

Nos termos do disposto do artº 3º da Lei 53-E/2006 de 29.12 que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais "As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei."

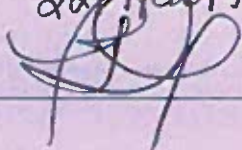
Assim, verifica-se que no presente caso não houve sinalagma, ou seja o requerente não pode proceder à ocupação do espaço público, uma vez que a licença não foi emitida atempadamente, pelo que e salvo melhor entendimento não deverá haver lugar à cobrança da taxa, pelo que se propõe a extinção do presente processo executivo.

Feliciano Camp

Despacho Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Concordo. Promota-se ao Sr. Diretor do D.J.B.P.

22/11/2017



Despacho Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Director Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel António Guimarães
22/9/2011

Despacho Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

Despacho Presidente da Câmara Municipal de Braga



CERTIDÃO DE DÍVIDA

Certidão de Dívida nº24 de 2017 / C

Entidade promotora: **Câmara Municipal de Braga**

DEVEDOR: – **EUGÉNIO FERNANDO SANTOS ALVES**

NIF: **159 528 364**

Residência: **Rua Direita de Quires, nº 1091, 1º - 4470-763 - MAIA**

Natureza da dívida – Licença de Ocupação de Espaço Público com roulotte.

Montante: **€93,10 (noventa e três euros e dez cêntimos).**

Último dia para pagamento voluntário: 13/03/2017

Sobre o valor **€ 93,10** são devidos juros de mora, contados a partir de 14/03/2017

Divisão Financeira da Câmara Municipal de Braga, 6 de junho de 2017

A CHEFE DE DIVISÃO,

(Raquel Miranda)



BRAGA
Município

DMGAP - DIVISÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Exmo. Senhor
EUGÉNIO FERNANDO SANTOS ALVES
RUA DIREITA DE QUIRES Nº1091 - 1º
4470 -763 MAIA

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Nossa data
		Op. n.º S/148/DSJC/2017	29-09-2017
		0-GENÉRICO	

Assunto Pedido de Anulação do Processo 22/2017 referente a Certidão de Dívida 24/2017 C - EUGÉNIO FERNANDO SANTOS SILVA.

Fica pelo presente notificado que o processo de execução fiscal acima identificado foi extinto por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 26.09.2017.

Com os melhores cumprimentos,

A Gestora do Processo,
